

INTRODUÇÃO

Este livro aconteceu por acaso, quando trabalhava na reconstituição da vida de meu pai. Adolescente no Portugal de 1928, embarcou sozinho rumo a Angola, onde viveu com a família, até desaparecer, em Julho de 1975, um dos meses mais violentos da descolonização. Assisti ao calvário de minha mãe, nos anos 1970 e 1980, entre Belém e as Necessidades, para tentar saber do seu destino. Moveu-me então uma vontade obsessiva de investigar o acontecimento dramático que marcou a nossa e muitas outras famílias portuguesas. O desaparecimento de alguém que nos é querido confronta-nos com a impossibilidade do luto, sem direito, nem ao corpo, nem à despedida final.

Inconformada, decidi mergulhar nos *dossiers* que foram desclassificados ou disponibilizados à leitura nos arquivos nacionais. Desejava acima de tudo encontrar, algures, o nome de meu pai, anotado por algum funcionário zeloso, seguido de uma explicação, porque as informações que as autoridades portuguesas foram dando à nossa família contradiziam as que sabíamos por pessoas de Angola.

Foi um caminho árduo e fragmentado. A maioria da documentação governamental e militar da descolonização de

1975 (que não foi destruída) não está sequer seleccionada, ou encontra-se cautelosamente «classificada». Deparei com documentos importantes onde apenas li parte da informação, porque o nome (ou os nomes) dos responsáveis ou visados tinham sido antecipadamente riscados na fotocópia. «São pessoas ainda vivas», justificam. O acesso a matéria sensível que envolva investigação militar carece do parecer de uma autoridade nacional de segurança, que nos impede de revelar o seu conteúdo.

A maior decepção veio da Presidência da República. Nenhum dos primeiros ocupantes do cargo em Belém no pós-25 de Abril deixou espólio, escudando-se na omissão legal e na ambígua argumentação de que não é clara a divisão entre o «pessoal» e o «institucional». De Ramalho Eanes ficaram milhares de cartas enviadas por cidadãos anónimos, inacessíveis a estranhos, como pude verificar. A tentativa de encontrar documentação em alguns partidos, nomeadamente no PSD e no CDS, saiu gorada.

Foi nesta viagem ao passado, em busca de factos com mais de três décadas, que deparei com uma lista oficial do Ministério dos Negócios Estrangeiros, com nomes de portugueses desaparecidos em Angola (fenómeno único entre as ex-colónias africanas), assim como de cidadãos raptados e encarcerados pelo MPLA, muitos meses antes da independência, proclamada unilateralmente em Luanda por este movimento, a 11 de Novembro de 1975.

A minha prioridade foi localizá-los. Queria mostrar-lhes fotos de meu pai. Poderiam reconhecê-lo se se tivessem cruzado com ele nos cárceres angolanos. Foram muitas centenas de portugueses que tiveram esse destino — em muitos casos unicamente para lhes ficarem com os bens, por motivos políticos ou por puras vinganças pessoais.

Consegui encontrar cinco dos portugueses que foram «esquecidos» na antiga colónia pelas autoridades portuguesas. Eram jovens na altura, tinham cumprido o serviço militar, alguns nos comandos, estavam há anos radicados em Angola. Eram todos adeptos da FNLA. Alguns fizeram assal-

tos e roubaram armas, entre outras acções, em nome deste movimento, inimigo do de Agostinho Neto. Um deles foi o autor do desvio de um avião da Transportadora Aérea Angolana para atingir um objectivo militar do exército de Holden Roberto. Estes envolvimento, meses antes da independência, enquadravam-se na guerra fratricida travada entre os três movimentos pela conquista de Luanda, a cidade símbolo do poder, onde nasceria o novo país.

Durante as entrevistas fui surpreendida pela história dos bastidores do MPLA, meio ano antes da independência: o movimento tinha uma rede de prisões clandestinas, em casas particulares, onde aprisionava os portugueses que raptava, com a colaboração da Polícia Judiciária de Angola e de militares das Forças Armadas Portuguesas.

Chocou-me a forma como o VI Governo Provisório (do primeiro-ministro Pinheiro de Azevedo) os deixou lá, embora o assunto fosse do tempo e do conhecimento dos IV e V Governos Provisórios de Vasco Gonçalves. Tinham prometido a estes prisioneiros portugueses que os trariam nos últimos embarques para Portugal, mas o MPLA suprimiu--os da lista dos que estavam autorizados a deixar Angola. E os militares portugueses acataram tal decisão.

Não me cabe julgar estes homens pelo que fizeram. Para mim, foram testemunhas preciosas dos últimos meses da descolonização, que presenciaram durante o cativeiro as razias feitas pelo movimento de Agostinho Neto. Os seus depoimentos coincidem nas estratégias dos raptos, nas histórias de cárcere, nos maus tratos e na fome, na privação de sol, na ausência total de higiene e cuidados médicos.

Estes colaboradores da FNLA, um dos movimentos com os quais Portugal assinou acordos internacionais, foram abandonados no caos em que Angola se encontrava, e ali permaneceram presos dois e três anos, até serem finalmente expulsos, em 1977 e 1978.

Pela primeira vez contam publicamente o que se passou. Os sucessivos governos portugueses ocultaram-nos sempre à opinião pública. Sofreram intimidações dos militares,

mal puseram pé em Lisboa, apenas com a roupa que tinham no corpo e a alma desfeita: a imprensa de nada podia saber. Ameaçaram-lhes as famílias, para os silenciar. Alguns não criaram raízes na «pátria que os traiu». Preferiram emigrar. Os que contactei em 2008 são cidadãos com mais de 60 anos, avós, alguns reformados.

Neste percurso, soube de episódios inacreditáveis, bem ilustrativos da descolonização de Angola, que aqui incluo: o general Altino de Magalhães recorda como não se falava, no topo da hierarquia militar, dos raptos de portugueses, por serem só «histórias da rua», e como resolveu, em finais de 1974, um caso insólito com o braço-direito do almirante Rosa Coutinho; ou o rapto do juiz Barroso de Moura, primo do presidente Costa Gomes, levado de sua casa, em Luanda, por homens de Agostinho Neto; o desaparecimento da médica Fernanda Sá Pereira, um dos episódios mais arrepiantes deste período, que o filho me recordou. A sua última visão da mãe foi dela a ser arrastada, em pijama, por gente do MPLA. São apenas alguns exemplos.

Decidi então adiar o projecto familiar, dando prioridade a esta investigação, que desenvolvi em 2008 e 2009. Muitas das testemunhas do que se passou ainda estão vivas, e era urgente ouvi-las.

Estas são histórias de luto e de dor. De cidadãos que ainda hoje se sentem injustiçados. Os 34 anos que passaram distanciam-nos dos acontecimentos, mas não apagam os factos. Nem a capacidade de nos indignarmos. O Estado português não quis — nem quer — saber. Portugal continua a ser, aliás, o único país europeu com ex-colónias que ainda não indemnizou os «retornados». E, nas relações entre Portugal e Angola, tudo se passou (e continuará a passar) como se nada disto tivesse acontecido.

Assim nasceu este livro, para dar voz a quem não a teve, e abrir alguns dos ficheiros secretos da descolonização de Angola. Foi escrito com a convicção de que haveria mais ainda a indagar, e muitos mais testemunhos a recolher.